

SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS EM TEMPOS DE TROIKA: TENDÊNCIAS TEÓRICO-PROFISSIONAIS EM DISPUTA¹

Mavi Rodrigues

1. Introdução

O texto que o leitor tem em mãos contém os “achados teóricos” de uma pesquisa de pós-doutorado realizada ao longo de seis meses entre outubro de 2021 e março de 2022 .no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) da Universidade Lusíada, financiada pelo Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes-Print).² Dividido em duas seções, seu intuito é problematizar o impacto da ideologia da austeridade na produção teórica do Serviço Social português em momento posterior à crise das hipotecas norte-americanas em 2008,³ quando se instaura um novo ciclo de acumulação do capital marcado pelo recrudescimento do neoliberalismo⁴ e a imposição de um duro programa de ajuste fiscal sobre Portugal (como noutros países do Sul da Europa). Isto ocorre com a intervenção da *troika*, uma conjunção de poderes no âmbito da União Europeia (UE), formada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e pela Comissão Europeia (CE) em articulação com a gestão do Primeiro-Ministro de Portugal Pedro Passos Coelho, de 2011 a 2014, no governo do PSD-CDS. Um tema que permanece relevante para o debate político em Portugal ainda hoje tendo em vista que o fim da *troika* e daquela gestão, conforme sinalizam Ferreira (2016) e Rosa (2015), não significaram a completa reversão das consequências da implantação daquele programa sobre a atuação social do Estado e o enfrentamento da desigualdade social.

Na primeira seção é apresentado o recorte do universo desta pesquisa e a hipótese que guiou os primeiros passos da investigação realizada na Universidade Lusíada de Lisboa. As teses defendidas nos anos de 2015 a 2021, nos três cursos de doutorado em Serviço Social

¹ Algumas das ideias aqui expostas foram apresentadas numa versão bem distinta em dois eventos da área: no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado no Rio de Janeiro, em dezembro de 2022, por meio da apresentação do texto intitulado *A ideologia da austeridade no Serviço Social português do pós-troika* e no XXIII Seminário de la Asociación Latinoamericana de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (Alaeits) em Montevideo, em novembro de 2022, com a Comunicação oral *Neoliberalismo no Serviço Social português no pós-troika*.

² Trata-se da pesquisa intitulada *O risco da recidiva assistencial: Brasil-Portugal* realizada no período de 1º de outubro de 2021 a 30 de março de 2022, com bolsa de pós-doutoramento (Profa. Visitante Sênior) do Capes-Print, no âmbito do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) da Universidade Lusíada de Lisboa, sob a supervisão da Profa. Dra. Julia Cardoso.

³ Inicialmente pensada como um estudo comparado dos impactos da liquidação/restricção de direitos sociais e da hipertrofia do aspecto assistencial na intervenção e na reflexão teórica do Serviço Social, no Brasil e em Portugal, a citada pesquisa foi redimensionada logo à chegada a Lisboa, quando se operou um recorte mais preciso do universo a ser pesquisado. Com efeito, o estudo de pós-doutoramento, antes de caráter comparado, voltou-se apenas para a realidade portuguesa e o escopo da investigação, que, anteriormente, ambicionava perscrutar os impactos da ofensiva neoliberal sobre as políticas de proteção social e as dimensões teórico-práticas do Serviço Social português, ficou reduzido tão somente ao plano da dimensão ideoteórica da profissão.

⁴ Estudos como os de Antunes (2020) e de Avelãs-Nunes (2021) sugerem que neste novo ciclo de acumulação o grande capital, além de radicalizar o neoliberalismo, tem dado continuidade e, até mesmo, acentuado, por novas vias e formas, aquelas duas outras estratégias sacadas, desde o último terço do século XX, para reverter ou atenuar a queda da taxa de lucro: as alterações no mundo do trabalho e a financeirização.

existentes no país, foram eleitas como elemento central na constituição do universo a ser investigado, visto se tratar da fração da produção teórica do Serviço Social português que dispõe de legítima pretensão em ser a expressão mais qualificada do pensamento da área. Acrescidos a este universo de investigação, há os livros da área publicados por editoras universitárias e comerciais de Portugal e os artigos que vieram a lume na mesma época em revistas de referência da área portuguesas e brasileiras.

A hipótese que se buscou encontrar na referida produção teórica foi de uma entronização no Serviço Social lusitano do ideário neoliberal com uma roupagem progressista via incorporação das ideias da *Terceira Via* de A. Giddens, movida por uma preocupação mais operativa, instrumental, do que por uma busca do rigor teórico-metodológico. Na segunda e última seção, a análise da fonte primária da investigação, ou seja, das teses, dos livros e dos artigos, comprova apenas parcialmente esta hipótese pois demonstra que a resposta teórica do Serviço Social em Portugal à dinâmica instaurada desde a *troika*, embora inclua aquela entronização não tem sido unívoca; ao contrário, comporta distintas tendências profissionais em disputa, inclusive, uma abertamente colidente com o ideário neoliberal.

Conhecer os modos de ser e de pensar da profissão no circuito mundial na atualidade, através do Serviço Social português, foi o móbil do pós-doutorado cujos resultados são apresentados nesta coletânea. Espera-se que a publicação desta se some a contribuição de outros pesquisadores de Instituições de Ensino Superior no Brasil e além-mar que tem atuado em rede ou noutra forma de trabalho cooperado para preencher “a lacuna na produção acadêmica brasileira quanto ao conhecimento do Serviço Social mundial nas últimas décadas” (Iamamoto; Yazbek, 2019, p. 11).⁵

2. Horizontes Ideoteóricos do Serviço Social Europeu no Pós-2008

Estudiosos do Serviço Social nos diferentes países da União Europeia localizam a existência de duas posturas ideológicas em desenvolvimento na profissão na conjuntura do pós-2008. A primeira, indicada por Spolander, Lamber, Martin e Strydom (2014),⁶ seria uma entronização do ideário neoliberal na profissão através do que os pesquisadores denominaram de *gestão do risco*. Sem desconsiderar a existência de manifestações profissionais contrárias ao neoliberalismo na região, os autores argumentam que, mediante o recrudescimento das críticas ao *Welfare State* logo após a crise das hipotecas estadunidenses. Com efeito, o Serviço Social teria se tornado mais vulnerável às práticas e aos discursos de subordinação dos serviços públicos alinhados aos parâmetros do mercado e da gestão corporativa. Tal vulnerabilidade se expressaria por meio da incorporação de uma retórica em prol da modernização, da eficácia e eficiência das políticas sociais e de maior preocupação com a responsabilização dos usuários e do próprio agente profissional, que deve desenvolver uma postura proativa, a habilitá-lo na busca e no acesso a recursos não estatais e informais

⁵ Neste sentido, é inegável a liderança de Marilda V. Yamamoto no trabalho coletivo de pesquisadores de cursos de Serviço Social do Brasil e outros países da América Latina e da Europa para diminuir essa lacuna. Duas publicações sob sua organização demonstram essa valorosa contribuição, como Yazbek e Yamamoto (2019) e Yamamoto e Santos (2021). Há também pesquisadores trabalhando em direção semelhante, como se pode ver em Silva (2022). Vale lembrar a empreitada coletiva realizada com espírito similar e cuja leitura permite conhecer um pouco do Serviço Social português em livro organizado por Martins et al. (2016).

⁶ Segundo os autores, a pesquisa buscou averiguar os impactos do neoliberalismo na profissão em seis países: Finlândia, Itália, Índia, Rússia, Inglaterra e África do Sul.

de proteção social (mecanismos de solidariedade dentro da rede de sociabilidade ou, até mesmo, da família dos usuários).

Diametralmente oposta à tendência anteriormente indicada é aquela sinalizada no estudo de Ioakmidis Santos e Herero (2014) a sustentar que a crise econômica de 2008 levou a profissão a uma politização semelhante àquela que se processou na América Latina com a *Reconceitualização*. De acordo com os autores, as principais causas desta (nova) guinada da categoria para um horizonte político de esquerda teriam sido a recessão profunda vivida na Europa e o endurecimento das políticas de austeridade⁷. O marco deste fenômeno recaiu na Conferência Global do Serviço Social realizada em Hong Kong (2010) ao criticar abertamente a mercantilização dos serviços sociais, mas suas expressões mais evidentes se dariam na “periferia da zona do euro”, nos países do sul da Europa, vitimados pela *troika*. Na Grécia, a adesão dos agentes profissionais a atos de desobediência civil em face das exigências governamentais de maior controle da conduta dos usuários num quadro de intensificação da xenofobia e do aprofundamento da restrição de direitos. Na Espanha, a colaboração dada pelos assistentes sociais na construção do movimento de defesa dos serviços públicos, a *Maré Laranja*, como parte dos protestos antiausteridade. Por fim, em Portugal, uma movimentação política mais intensa da categoria em torno das entidades representativas da profissão, em particular da Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS) que condenou publicamente o agravamento das medidas de austeridade no governo de Passos Coelho. Advertem os autores que, embora tenha incentivado o ativismo nos assistentes sociais e impulsionado o estabelecimento de alianças com outros sujeitos políticos, esta nova politização da profissão não deixou clara a alternativa que pretende construir.

Estudos sobre o Serviço Social em Portugal na atualidade assinalam a presença simultânea de elementos destas duas perspectivas ideológicas, conforme se depreende dos resultados das pesquisas empreendidas por Santos e Martins (2016) e também da efetuada por Amaro (2012). Dentre os efeitos do neoliberalismo na profissão, ambas as duas investigações, desenvolvidas a partir de horizontes ideológicos e com preocupações diversas, apontam o fortalecimento de uma racionalidade instrumental, tecnicista e gerencial, denominada de “managerialismo” por Amaro (2015, p. 68)⁸. No entanto, sem descuidar do registro da permanência de traços de uma cultura profissional progressista forjada no Serviço Social português, desde os anos 1960 com o influxo, no país, do *Movimento de Reconceitualização* e adensada com a mobilização sindical da categoria nos imediatos anos da Revolução dos Cravos (1974); e, nos anos 1980, em prol da integração do Curso de Serviço Social na

⁷ Em termos específicos, a (re)politização de que tratam os pesquisadores seria consequência da conjunção de, no mínimo, dois fatores, quais sejam: um aumento vertiginoso da demanda por programas e serviços sociais fruto do crescimento sem precedentes da desigualdade (de uma nova expressão da pobreza resultante do empurrão de setores das antigas classes médias em direção ao pauperismo) associado à deterioração de políticas sociais, equipamentos públicos, conduzindo simultaneamente à imposição da adoção de critérios draconianos no acesso da população e à degradação das condições de trabalho no setor público (e, portanto, a disseminação da contratação precária e de curto prazo entre os assistentes sociais).

⁸ Fenômeno argutamente apontado por Amaro (2015) como decorrente de uma reestruturação dos serviços públicos orientada por princípios mercantis a acentuar objetivos, atividades e metas de gestão nos campos da intervenção profissional. A relação entre a tônica gerencial e uma atuação profissional instrumental é explicitada na análise de Branco e Amaro (2011) a indicarem que as políticas sociais ativas, típicas do *Workfare*, têm conduzido a profissão para uma intervenção ancorada à eficácia, à mensuração de resultados e ao maior controle sobre os usuários, considerados, simultaneamente, como fonte e solução dos seus problemas de vulnerabilidade social.

universidade pública; e, na década seguinte, em torno da institucionalização da Ordem Profissional.⁹

Os coordenadores de cursos, docentes e assistentes sociais, entrevistados por Santos e Martins (2016), identificam a presença de um caldo político de caráter crítico nos Cursos de Serviço Social do país, embora alertem para o fato do *Serviço Social Crítico* ou *Radical* não desfrutarem, na formação, mais do peso que conheceram nos anos 1970 e 1980. Protagonistas de atuação destacada na formação e intervenção profissionais em Portugal, entrevistados por Amaro (2015)¹⁰ quando perguntados sobre a dimensão política e os valores éticos do Serviço Social também revelam a incidência de um discurso profissional progressista: uma concepção de profissão politicamente contrária ao controle e à adaptação do usuário e comprometida com a mudança e a transformação – ainda que este compromisso, conforme observado por Amaro (2015), mostre-se cheio de ambivalências.¹¹ Ilustrativo o modo como o Serviço Social português tem sido capaz de absorver, sob uma explícita ótica progressista, as novas demandas gerenciais emergidas com o recrudescimento do neoliberalismo, desde a *troika*, conforme discorrem Santos e Nunes (2013). Nesse, a temática da gestão social é situada num contexto no qual o Terceiro Setor se apresenta como uma via de crescimento econômico e social inclusivo e sustentável.

As autoras partem da premissa que o Terceiro Setor é, de fato, a alternativa inovadora para a crise do capital, e se empenham em ressaltar a existência de duas concepções distintas de gestão social: a regida por uma racionalidade quantificadora e uma rentabilidade econômica e outra pautada por processos sociais viabilizadores de um desenvolvimento societário emancipatório e transformador. Por fundar-se no compromisso com a garantia de “direitos humanos universais e a afirmação de interesses e espaços públicos” (Santos; Nunes, 2013, p. 88). De acordo com as autoras, a segunda concepção é que pode apresentar-se como um novo espaço de atuação do Serviço Social.

Este paradoxo aparente foi a base para a formulação da hipótese chave do estudo pós-doutoral no ISSSL: de que dentre as teorias neoconservadoras justificadoras das medidas de restauração do domínio do grande capital, erigidas desde a crise de 1970, a sociologia da *sociedade do risco* de A. Giddens e U. Beck é aquela que, dado seu verniz de esquerda, pôde impactar mais fortemente na produção teórica dos assistentes portugueses.

Ademais o impacto teria se dado não pela via de uma incorporação dos fundamentos teórico-metodológicos da referida sociologia, mas por meio da preocupação com os modelos de intervenção ou metodologias de ação; ou seja, o debate teórico-ideológico da austeridade no Serviço Social em Portugal teria se transmutado, fundamentalmente, em problema técnico-operativo, tendendo a expressar-se como uma metodologia gerencial (“managerialista”).

⁹ Leite (2013) é uma consulta obrigatória para entender como o associativismo profissional foi fundamental na construção dessa politização de esquerda dos profissionais de Serviço Social em Portugal.

¹⁰ Amaro entrevistou quatorze assistentes sociais atuantes na Grande Lisboa, dois em Coimbra, dois no Porto e dois da região do Alentejo. Os vinte entrevistados representam, segundo a pesquisadora, uma amostra do “patrimônio simbólico da construção da identidade e projeto da profissão em Portugal, constituída por profissionais pertencentes a diversas áreas de atuação e “com desempenho relevante, em pelo menos, uma das seguintes esferas: “produção científica/formação acadêmica de assistentes sociais [...] poder e ou influência de decisão política [...] prática interventiva reflexiva” (Amaro, 2015, p. 60).

¹¹ Ambivalências presentes também no discurso dos entrevistados por Santos e Martins (2016) quando indagados sobre as perspectivas profissionais denominadas de *Crítica* e de *Radical*.

Atestar a pertinência desta hipótese exigiu submeter a uma análise rigorosa a produção teórica do Serviço Social português realizada no período pós-*troika*, nos anos imediatamente posteriores à adoção de medidas de recrudescimento da austeridade fiscal pelo governo de Pereira Passos (2011 a 2014). Especificamente no todo desta produção; e o que se considerou pertinente a ser investigado no decurso dos seis meses de pós-doutoramento foi aquela fração que dispõe de legítima pretensão em ser a expressão mais elevada, mais qualificada do pensamento da área, a quem cabe, inclusive, constituir e alimentar de modo permanente, na profissão, uma “massa crítica”¹² não somente do Serviço Social, primordialmente, como também da vida social.

Uma vez que se espera do doutorado uma substantiva contribuição para forjar essa “massa”, o universo da pesquisa aqui relatada foi constituído especialmente pelas teses defendidas nos anos de 2015 a 2021 nos três cursos de doutorado em Serviço Social existentes no país - da Universidade Lusíada de Lisboa, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa.¹³ Deste acervo, 23 teses de doutoramento da área defendidas no lapso temporal escolhido pela pesquisa efetivamente serviram de fonte (primária) de pesquisa para o pós-doutorado¹⁴ disponíveis para a leitura pública no repositório dos cursos anteditos. Acrescentem-se, a este universo de investigação, os livros da área publicados por editoras universitárias e comerciais de Portugal¹⁵ no período de 2015 a 2021. Além de artigos que vieram a lume na mesma época na revista *Intervenção Social*, único periódico do Serviço Social existente atualmente em Portugal, e periódicos da área considerados de referência no Brasil (*Serviço Social & Sociedade*, *Katálysis* e *Argumentum*)¹⁶, somente os dedicados a tratar de algum modo o Serviço Social português.

¹² Massa crítica que não deve considerar tão somente a profissão em si; ao contrário deve fornecer insumos para a crítica da vida social em sua totalidade.

¹³ O Doutorado em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa foi substituído em 2019/2020 pelo Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social (PIDSS) resultante da associação entre a Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Portugal (FCHUCP), pioneira na oferta de um programa de doutoramento na área, e a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE-UC), a mais antiga universidade do país. No período de realização da pesquisa de pós-doc tivemos acesso tão somente aos produtos do doutoramento em Serviço Social existentes na FHC-UCP, pois não houveram teses concluídas do PIDSS entre outubro de 2021 a abril de 2022.

¹⁴ Totalizaram 36 as teses de doutoramento em Serviço Social defendidas no intervalo de tempo delimitado pela pesquisa. As que foram fonte primária do estudo de pós-doutorado estão citadas ao final deste relatório. Sua distribuição pelos cursos de doutorado pode ser aferida pelas informações que se seguem. Na Universidade Lusíada se pôde consultar no repositório da instituição (<http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/240>) a totalidade das três teses defendidas. No curso de doutorado do ISCTE estavam abertas para consulta pública em seu repositório (https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/254/simple-search?query=&filter_field_1=subject&filter_type_1>equals&filter_value_1=Servi%C3%A7o+social&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=0) somente 16 teses dentre as 22 defendidas. No Curso de Doutoramento da Universidade Católica Portuguesa das 11 teses constantes do repositório <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/2547?offset=0>), apenas quatro permitiram acesso ao público.

¹⁵ Dos 15 livros que integram o rol de publicações do Serviço Social português relevante para a pesquisa, foi possível submeter dez à análise. O referido rol foi elaborado a partir de consulta a obras que pudessem ter sido destaque em análises sobre o estágio atual da produção de conhecimento do Serviço Social em Portugal feitas por pesquisadores especialistas do tema (Branco, 2009; Carvalho, 2014; Santos; Martins, 2016; Martins; Tomé, 2019; e Martins, 2020). Procurou-se também incorporar à lista as publicações da área constantes do catálogo de livros na página eletrônica da editora comercial de maior presença no Serviço Social português (Pactor). Além disso, houve o empenho em adensar ao rol as indicações feitas pela Profa. Dra. Julia Cardoso, acrescida daquelas que a Profa. Dra. Alcina Martins e os professores Francisco Branco e Inês Amaro ofereceram, valiosas sugestões.

¹⁶ O levantamento realizado no sítio eletrônico da revista *Argumentum* não localizou nenhum artigo publicado

Convém esclarecer que não integraram o universo da pesquisa as dissertações de mestrado defendidas no intervalo de tempo circunscrito no estudo pós-doutoral (2015 a 2021). Tampouco foram objeto de investigação os relatos de estágio do primeiro ciclo formativo, requisito para a conclusão das licenciaturas em Serviço Social, que poderiam apontar como o ideário da austeridade tem sido incorporado no cotidiano das práticas dos assistentes sociais. Consideradas estas duas observações, pode-se, então, dizer que as descobertas teóricas aqui relatadas são frutos dos esforços de uma investigação que se pretende apenas aproximada e introdutória acerca dos impactos da ideologia da austeridade no *pós-troika* no plano da autorrepresentação da profissão em Portugal, isto é, da sua reflexão teórica.

3. A Entronização do Ideário da Austeridade e as Tendências Profissionais em Disputa

A análise da produção teórica do Serviço Social português do *pós-troika* comprovou parcialmente a hipótese-chave da pesquisa, ou seja; a fonte pesquisada atestou existir não apenas uma perspectiva teórico-profissional na qual o ideário da austeridade é incorporado pelo Serviço Social com uma ênfase gerencial, como também revelou duas outras reações ideológicas da profissão diante do recrudescimento da ofensiva neoliberal em Portugal das quais mais adiante se abordará.

A incorporação do ideário da austeridade por um viés aparentemente progressista é, portanto, uma das três tendências teórico-profissionais do *pós-troika* presente em teses, livros e artigos investigados e nos quais se pode encontrar uma crítica direta ou indireta ao neoliberalismo expressa, às vezes, num questionamento aberto da *troika* conduzida necessariamente a um horizonte fatalista. Isto leva a uma incorporação, em maior ou menor grau, das “novas” requisições profissionais emergidas com as abordagens e os procedimentos típicos das políticas sociais de segunda geração (ou políticas sociais proativas): a autonomia do “utente” e do profissional, a avaliação de programas e políticas sociais pautada por objetivos e resultados, a busca da eficácia e da eficiência, a gestão dos casos sociais etc.

Afinadas com esta postura ideológica estão a tese de Santos (Albuquerque; Almeida, 2013), de Rocha (2015) e os textos de Almeida (Albuquerque; Arcoverde, 2017). Anunciada como uma perspectiva capaz de ampliar a base teórica do entendimento do *risco* e da *vulnerabilidade social*, mediante a consideração de fatores ecológicos, e de fornecer uma resposta crítica à produtividade capitalista num contexto de austeridade, a ecologia social, na tese de Rocha (2016), resulta justamente em seu contrário. Isto ocorre quando a autora sustenta a contribuição da sua aplicação para a correta alocação de recursos escassos para o máximo de bem-estar da população, alimenta uma postura de resignação social e conformismo diante das medidas de restrições orçamentárias das políticas sociais, do desmonte dos equipamentos e serviços públicos, dentre os efeitos nefastos da *troika*.¹⁷

no período de interesse para esta pesquisa que tratasse do Serviço Social português.

¹⁷ A crítica ao ajuste neoliberal se explicita quando Almeida (Albuquerque; Arcoverde, 2017) opõe duas concepções de participação orientadoras do planejamento e da gestão de políticas sociais. Primeiro, aquela que se orienta na direção do alargamento da democracia, ao preocupar-se com a criação de espaços públicos e a participação da sociedade civil na gestão pública. Outra que, identificada com a implantação do neoliberalismo, em nome da participação, isenta o Estado de garantir direitos, transfere as responsabilidades sociais estatais

Ao que parece a referida tese, de alguma forma, incorpora uma leitura crítica dos problemas ecológicos enquanto expressões do confronto existente entre a finitude dos recursos naturais e a voracidade exploratória infinita do modo de produção capitalista que, em última instância, nega os limites da natureza (ROCHA, 2016). Todavia, tal leitura ganha um sentido conformista quando transposta sem quaisquer mediações para analisar a crise do *Welfare State*, ou seja, ao se propor a equiparar os limites da proteção social do Estado de Bem-Estar com a finitude dos recursos naturais.

No texto de Santos (Albuquerque; Arcoverde 2017), não há uma crítica aberta às medidas de austeridade, mas se registra uma clara advertência quanto aos perigos da incorporação do conceito de *risco social* converter-se num elemento de controle e coerção da conduta e ações dos usuários dos serviços prestados pelos assistentes sociais. Todavia, o referido perigo, como sugere a autora, não seria oriundo da aplicação das políticas sociais remodeladas como proativas pela ofensiva neoliberal, mas sim da implantação destas numa ideologia diversa da que lhe é original. A autora em tela consegue se insurgir contra os problemas causados pelo recrudescimento do ajuste neoliberal e, simultaneamente, propor como solução doses maiores de neoliberalismo.¹⁸

A pesquisa revelou também a presença na produção teórica do Serviço Social português de uma segunda tendência ideológica que, tal como a primeira, entroniza o ideário neoliberal e é regida por uma metodologia gerencial. Porém, a ausência de um horizonte progressista ou de qualquer cariz crítico em face da austeridade é o que a peculiariza. Trata-se, na verdade, de uma entusiasta incorporação das (novas) competências profissionais exigidas desde 2011, com o recrudescimento do ajuste neoliberal, e pode, até mesmo, assumir uma forma mistificadora quando as deletérias consequências da *troika* são apresentadas como oportunidades para o avanço e a modernização da profissão e/ou das políticas sociais.¹⁹

Elemento constitutivo desta tendência, nem sempre explícito, é uma visão preconceituosa do *Welfare State* e dos seus usuários (os diversos segmentos da massa trabalhadora para os quais as políticas sociais são fundamentais na reprodução diária da sua vida cotidiana) que se aclara quando o Estado Social é estigmatizado como paternalista, os direitos sociais como indutores da passividade e dependência e os assistidos como preguiçosos.

As fontes primárias da pesquisa indicam tratar-se de uma tendência teórico-profissional com presença mais expressiva na produção acadêmica do Serviço português do

para a sociedade e converte a cidadania numa integração individual no mercado que despolitiza o debate sobre as causas da pobreza e a dimensão universal dos direitos. Curiosamente, a via privilegiada pela autora para a implantação prática da participação de suposto cariz emancipatório é o *parterariado*, conceito que - buscando promover a constituição de relações assentadas na partilha de obrigações de resultados, responsabilidades e recursos - é inteiramente compatível com as requisições de *gestão do risco social* acentuadas desde o advento da *troika*.

¹⁸ Curiosa a argumentação de Santos neste texto uma vez que demonstra estar preocupada em afirmar uma prática profissional emancipatória, comprometida com a liberdade e a diversidade cultural, mas simultaneamente faz a defesa da implantação das políticas sociais ativas de acordo com a sua ideologia original, isto é, neoliberal (Albuquerque; Arcoverde, 2017).

¹⁹ Tal mistificação se opera quando a falta de recursos e equipamentos/instituições e os programas sociais se convertem em oportunidade para otimizar o pouco que restou dos cortes empreendidos pelo ajuste neoliberal, para integrar a rede de serviços ainda existentes e ativar usuários e profissionais, tornando-os todos mais produtivos.

pós-*troika* que a primeira. Neste sentido, são representativas desta perspectiva as teses de Santo (2015),²⁰ Amaro da Luz (2019), Gonçalves (2018) e Silva (2018).

A título de exemplo, a argumentação da acreditação como meio de promoção de boas práticas de gestão hospitalar na tese de doutoramento de Santo (2015) serve para indicar a sua convergência com uma adesão entusiasta ao ideário neoliberal. Embora a austeridade seja um elemento inexistente na análise da autora, impossível desconsiderar que a acreditação corresponde a um processo de certificação de qualidade ISO que, originário do mundo empresarial nos anos 1990, passou, após a crise do *subprime*, a abranger cada vez mais a esfera das políticas públicas e seus diversos serviços sociais. Significativo do quanto Santo julga ser positiva a subordinação da saúde pública à lógica empresarial como demonstrado ao indicar a competitividade dos serviços hospitalares como um dos principais benefícios da creditação.²¹

Dedicada a tratar do tema da atuação do Serviço Social português em organizações não lucrativas integrantes da dita economia social (ou do chamado Terceiro Setor) voltadas para o atendimento de idosos, e sem fazer qualquer menção (teórica e/ou histórica) ao recrudescimento da ofensiva neoliberal, imposto pela *troika* aos países do Sul da Europa, a tese de Amaro da Luz (2019) em diversos momentos busca enaltecer a contribuição da economia social em um sistema de proteção social regido pelo paradigma da governança (neoliberal) e ancorado na responsabilização partilhada entre Estado, mercado e sociedade.

A naturalização da privatização neoliberal dos serviços sociais chega a ponto de, na referida tese, as Misericórdias portuguesas, instituições de caridade surgidas no século VX e originárias de “confrarias medievais (...) erigidas como associações voluntárias de irmãos e norteadas pela vontade de [prestar] auxílio mútuo” (Amaro da Luz, 2019, p. 42), serem consideradas como um embrião de uma economia social que a autora julga ser pertinente para o século XXI, sugerindo certa predisposição (ou tradição) histórica em Portugal de conferir a instituições privadas um papel relevante na provisão do bem-estar social. Curioso que Amaro não dedique uma linha sequer para demonstrar que a força da atuação das Misericórdias era uma consequência do atraso do país em relação à constituição de um sistema de proteção social público e estatal quando comparado as demais nações europeias.

Contudo, nas teses de Gonçalves (2018) e Silva (2018) a adesão ao ideário neoliberal ganha ares de inegável mistificação. No primeiro, a ofensiva neoliberal contra a previdência social é apresentada como o avesso do que de fato é, e, ao invés de retratá-la como a liquidação de direitos, a autora sustenta seu pretensão potencial de reforço de uma “política territorializada e [...] das práticas comunitárias” (Gonçalves, 2018, p. v) e, ainda, uma “oportunidade para a profissão de Serviço Social, [repescar] espaços profissionais e [conquistar] novos” (Gonçalves, 2018, p. 6).

²⁰ A referida tese foi publicada em 2018 pela editora Edições Esgotadas. Nesta circunstância, efetuou-se o exame do livro, e não o da tese.

²¹ Em capítulo escrito em coautoria para uma coletânea de textos organizados por Carvalho (2012), Santo desenvolveu argumentos semelhantes àqueles apresentados em sua tese defendida em 2015 e no livro que a divulgou em 2018. No referido capítulo, as medidas neoliberais de restrição da cobertura assistencial dos serviços do Sistema Nacional de Saúde (SNS) são interpretadas como expressão da adoção de princípios de racionalização de recursos e de justiça social tendo por base a concepção de que a saúde pública deve destinar-se tão somente aos pobres. O leitor deve conferir os convincentes argumentos de Laura Tavares Soares (2001) que indicam, na programática do ajuste neoliberal, a centralidade da ideia da proteção estatal circunscrita aos mais pobres.

Já na tese de Silva (2018) há trechos críticos ao neoliberalismo, em meio a argumentos que buscam justamente o seu reforço. Mas a ambiguidade aparente desaparece e a defesa da austeridade se revela quando a autora qualifica os anos de 2011 a 2015 como o período no qual o Estado Social português experimentou “infindável modernidade”; ou, ainda, quando alega ter sido neste interstício que houve melhoria na coordenação das políticas sociais e a mais ativa participação social na formulação, implantação e monitoramento destas. A ilusão é de tal ordem que a vigência da *troika* é adjetivada como um novo momento provedor de direitos e em contraste com o anterior, que seria marcado, segundo ela, pela caridade.

A pesquisa de pós-doutorado permitiu ainda descobrir uma terceira tendência ideológica minoritária na produção teórica da área, mas, nem por isso, desimportante, uma vez que faz uma aberta crítica ao ajuste neoliberal e aos impactos das demandas gerenciais sobre a profissão reforçadas desde o advento da *troika*. O referido horizonte se nutre das reflexões do *Serviço Social Crítico ou Radical* cuja presença na produção teórica identificada com esta tendência a pesquisa permitiu localizar.²² Pode-se supor que seja essa também a fonte de uma leitura que enfatiza o caráter contraditório e tenso (política e economicamente) das políticas sociais e da própria profissão a colocar esta perspectiva profissional em rota de colisão com as duas outras anteriormente tratadas, uma vez que nelas prevalece uma visão benevolente do Serviço Social, relacionada à ajuda, e a preocupação em fortalecer o papel coesivo das políticas sociais.

Embora convergente com o marxismo, seria equivocado conceber esta tendência como uma perspectiva em si marxista. Três são as razões que permitem fazer esta afirmação. Em primeiro lugar, está o ecletismo do *Serviço Social Crítico ou Radical* (Eiras; Santos; Yazbeck, 2018) a abarcar, junto com o pensamento marxista (bastante plural em seu interior), referências teóricas distintas e, até mesmo, colidentes, como o neomarxismo e o pós-modernismo, e a acolher posições políticas diversas: desde revolucionárias e reformistas até neoanarquistas.

Em segundo lugar, porque a pesquisa de pós-doutorado não conseguiu localizar na produção teórica identificada com esta postura ideológica uma decisiva interlocução com aquelas produções portuguesas explicitamente inspiradas no debate profissional brasileiro e no marxismo²³. Isto se deveu à reflexão filiada ao marxismo no Serviço Social português que tem dado uma decisiva contribuição para a análise dos rebatimentos do neoliberalismo sobre a formação por meio do *Pacto de Bolonha*. Contudo, não tem avançado com igual força no debate acerca do impacto da austeridade sobre as políticas sociais e as requisições profissionais. Por fim, distinta das produções marxistas da área, esta terceira perspectiva teórico-profissional reforça uma concepção dominante no debate do Serviço Social em Portugal (e, provavelmente, em toda a Europa): a caracterização da sociedade contemporânea como *sociedade da imprevisibilidade e do risco*.

A despeito de utilizar a terminologia do *risco social*, esta tendência teórico-profissional parece não comungar por completo com a tese da *sociedade pós-industrial* - elaborada originalmente por Daniel Bell através da argumentação do *fim da ideologia* e sobre a qual a

²² Em todas as representações desta tendência, Ferguson está presente. Dois outros autores do Serviço Social Radical, Luiz Varga Saiz e Mejed Hamzaoui aparecem também na tese de Bento (2016).

²³ As produções da área em Portugal que explicitamente se identificam com uma orientação teórico-metodológica inspirada na teoria social de Marx e na tradição marxista são, sobretudo, aquelas efetuadas por Alcina Martins e Maria Rosa Tomé.

sociologia de Giddens e outras vertentes que compõem o neoconservadorismo desde a crise estrutural do capital se erigiram -, já que nela a categoria trabalho continua a cumprir um papel relevante na explicação dos fenômenos sociais.²⁴

Hipótese que está a exigir um aprofundamento da pesquisa no futuro próximo é o quanto a crítica desta tendência teórico-profissional, além do contributo do *Serviço Social Crítico ou Radical*, é decorrente de uma incorporação não inteiramente integral da *sociologia do risco*; e que, ao que tudo indica, tem ingressado na área em Portugal por meio de publicações críticas sobre a austeridade providas de pesquisadores próximos a organizações políticas de esquerda ou filiados a um pós-modernismo progressista como Boaventura de Sousa Santos e/ou de pesquisadores que são seus colaboradores.²⁵ Neste aspecto, representativas desta terceira tendência são o texto de Amaro (2015) e as teses de Marques (2016) e Bento (2016).

Excelente contribuição para desmistificar na área o suposto caráter paternalista, oneroso e pesado do Estado Social português é a tese de doutoramento de Marques (2016) que indica, ao contrário, o quanto, em Portugal, a proteção social estatal se constituiu tardiamente, em relação ao restante da Europa, e de modo insuficiente diante dos níveis de pobreza do país. Outro ponto alto da referida tese reside em elucidar a função ideológica cumprida pelas políticas sociais ativas ao buscar legitimar o emprego precário e com baixa remuneração junto aos trabalhadores desempregados e mais pobres.

A tese de Bento (2016) mostra-se relevante também para a reflexão crítica sobre as políticas sociais de nova geração (as tão propaladas políticas ativas) e os seus rebatimentos a respeito do Serviço Social. Na qual, o leitor encontrará uma instigante problematização acerca do triunfo da visão gerencial sobre as políticas sociais e seus impactos na atuação profissional, conduzindo desde o reforço de uma prática assistencial (que, nos municípios, produziria o que o autor nomeou de assistencialismo do civilismo local) até a prevalência da individualização no tratamento dos problemas sociais a reforçar uma abordagem junto aos usuários convergente com a perspectiva sociológica durkheimiana ocupada em conter o que se supõe ser a expressão de um quadro de anomia social.

Argutas são também as conclusões do citado autor acerca do novo perfil profissional requisitado pelo novo modelo de Estado social de matriz neoliberal imposto pelas instâncias supranacionais e europeias: um perfil assistencial de gestão de casos sociais cuja expressão não tem necessariamente nexos com o modelo teórico orientador da ação profissional, mas com traços dominantes nas novas políticas sociais que requerem maior controle (normativo e da situação financeira) do usuário no acesso a alguns direitos ou benefícios sociais casuísticos (Bento, 2016).

O texto de Amaro (2015), escrito num horizonte de crítica ao neoliberalismo e ao que ela chama de *tecnocapitalismo*, e ocupando-se em problematizar os seus impactos sobre o Serviço Social contribui para demonstrar o quanto as requisições profissionais pautadas pela busca da eficácia e da eficiência têm conduzido a uma mudança profunda da ação profissional e a tendente redução do Serviço Social a uma tecnologia do cuidado social. Isto é, uma

²⁴ A esse respeito, o leitor pode consultar Rodrigues (2023).

²⁵ O leitor deve conferir como Marques (2016), a despeito de adjetivar a sociedade atual como uma sociedade de risco, consegue identificar, dentre os determinantes da crise do *Welfare State*, a desregulamentação dos mercados de capital e de mercadorias e o fim do trabalho estável – não do trabalho em si. Vale verificar também o quanto este horizonte de análise crítico parece estar presente no estudo de Marques pela via da contribuição das reflexões de Boaventura de Sousa Santos e dos pesquisadores que trabalham próximos a ele.

intervenção regida por critérios quantitativos, mais burocratizada, técnica e desprovida da capacidade de refletir a respeito de suas dimensões políticas e éticas.

Por fim, duas observações se fazem necessárias. A primeira é que na fonte primária da pesquisa há teses, artigos e capítulos de livros que se identificam com (ou se localizam na fronteira de) mais de uma perspectiva teórico-profissional. Ilustrativa desta situação é a tese de Abreu (2017) que se aproximaria tanto da terceira quanto da primeira postura ideológica da profissão retratada neste relatório. Em Abreu (2017), há tanto uma incisiva crítica ao retorno da proteção centrada na família em contexto de avanço da ofensiva neoliberal e de transformação do direito social em dever moral, quanto a incorporação acrítica da ideia do pluralismo de bem-estar social que preconiza a atuação conjunta e combinada do Estado, sociedade e mercado na provisão dos meios e recursos de proteção social.

Em segundo lugar está a dificuldade inicialmente enfrentada na pesquisa de avaliar a perspectiva ideológica daquelas teses e dos artigos e livros aparentemente desprovidos de ideologia. Trata-se de uma produção teórica da área constituída de argumentos exclusivamente técnicos e que evita fazer o uso de algumas expressões como neoliberalismo e austeridade; preferindo substituí-las por uma linguagem anódina, despida de conotações políticas, como “rearranjo do Estado”. No entanto, é possível dizer mais: há uma fração da produção teórica do Serviço Social português de 2015 a 2021 que se ocupa das competências (supervisão, planejamento, diagnóstico etc.) ou dos instrumentais da profissão sem dedicar uma linha sequer a consideração das relações sociais nas quais o assistente social, instituições empregadoras e usuários encontram-se inseridos. A leitura deste material expõe a constatação incômoda da tentativa de silenciamento não só dos impactos negativos da *troika* sobre o Estado Social e as condições de atuação do assistente social e o cotidiano da população usuária, bem como da existência da pobreza, da desigualdade e do desemprego, expressões da “questão social”, “matéria” sobre a qual incide a intervenção do assistente social desde a gênese da profissão.²⁶

A despeito da aparente neutralidade ideológica, é possível observar esta produção como uma versão mais radicalizada da entronização entusiástica do ideário neoliberal no Serviço Social, isto é, da segunda tendência teórico-profissional descrita neste relatório. Todavia, nesta versão a orientação ideológica compatível com a programática da austeridade parece ocultar-se numa preocupação exclusiva com a dimensão instrumental da profissão. Se correta esta inferência, poder-se-ia dizer então que se está diante de uma exacerbada metodologia gerencial capaz de converter a profissão numa tecnologia de cuidado social, como denunciado por Amaro (2015).²⁷

²⁶ A este respeito, vale conferir os dois capítulos de Joaquim Fialho (2021) que compõem a coletânea por ele organizada e as publicações de Ribeirinho (2019) e de Teles (2020).

²⁷ Cabe ressaltar que o ocultamento da orientação ideológica nesta fração da produção teórica da área em Portugal não anula a sua função ideológica. Ao contrário, acentua-a. Uma vez que nela se pode encontrar análises que elevam a um patamar superior a mistificação da realidade social, como demonstra a publicação de Teles (2020) que só se ocupar do tema das práticas de responsabilidade social em empresas nada diz sobre a existência das classes sociais, burguesia e proletariado nem se reporta, mesmo lateralmente, à questão da exploração do trabalho, elemento estruturante do modo de produção capitalista. Por meio deste cenário social descrito fantasiosamente como um cenário sem exploração e lucro, a autora afirma que os princípios e valores empresariais são os mesmos do Serviço Social (Teles, 2020).

4. Considerações Finais

A entronização ideológica da austeridade no Serviço Social português pela via de um “metodologismo” gerencial não é casual; ao contrário, pois é resultante da combinação de dois vetores: dos impactos dos processos de Bolonha sobre a formação profissional, por um lado; e, por outro, das alterações processadas no exercício profissional desde o endurecimento da austeridade com a *troika* (2011 a 2014).²⁸

O primeiro vetor diz respeito ao aprofundamento da subordinação das políticas e dos programas sociais à lógica produtivista. O impacto desta subordinação sobre a intervenção do assistente social se pode notar de múltiplas formas: desde a incorporação de procedimentos e rotinas institucionais que requisitam do profissional uma postura proativa até a crescente informatização da intervenção profissional que a torna mais burocratizada e a subordina a parâmetros de uma razão instrumental (Amaro, 2015).

Já o segundo dificultou ainda mais o avanço do ainda inconcluso processo de “academização” do Serviço Social português (Amaro, 2015), pois o aligeiramento da formação tornou complexa a incorporação do pensamento social moderno tanto da tradição teórica inaugurada por Marx quanto do contributo das ciências humanas e sociais. Sem o conhecimento rigoroso dos clássicos da tradição marxista e das ciências humanas e sociais, torna-se praticamente impossível romper com o senso comum, o sincretismo, o cientificismo e o pragmatismo que recorrentemente se fortalecem em nossa área. São estes dois vetores (a maior demanda pelo tecnicismo e burocratização da prática aliada à degradação da formação profissional) que acentuariam a demanda de um assistente social gestor do risco, como pondera Amaro (2015).

A pesquisa indicou que, até aqui, a nova metodologia gerencial do Serviço Social português não é somente produto de elementos externos à profissão (da dinâmica do capitalismo hoje); é também, em grande medida, resultado da cultura profissional elaborada nas últimas quatro décadas, isto é, das reservas teóricas, práticas, ideológicas e éticas de que os assistentes sociais dispõem para responder as demandas institucionais. Isto significa dizer que a profissão não é o mero produto da dinâmica societária mais ampla. Com efeito, a pesquisa demonstrou que a resposta à dinâmica profissional instaurada desde a *troika* não é unívoca; ao contrário, comporta três tendências teórico-profissionais em disputa.

Nesta cultura, há dilemas do passado recente da profissão e há também avanços que se explicitam nas diferentes respostas. Em Portugal, a perspectiva teórico-profissional que intencionou romper com o conservadorismo profissional e ambicionou dialogar com o pensamento marxista não chegou a sua maturidade teórica. Fato que explica o acentuado sincretismo teórico que aqui se tem e a ausência de fóruns de debate profissional, um velho problema que Bolonha ao reduzir o tempo de formação profissional reatualizou.

Portugal já dispõe de uma massa crítica razoável acerca da austeridade, constituída e alimentada por pesquisadores e docentes que não estão nucleados em torno do Serviço

²⁸ Oportuno ao Serviço Social português é o aprofundamento do debate das construções teórico-ideológicas que fundamentam as políticas neoliberais ou nos termos de Duarte (2018, p. 16), “A compreensão e [a] análise do processo de retração do Estado de bem-estar sob o paradigma de austeridade permanece[m] relativamente inexploradas pelos principais estudiosos e profissionais do serviço social que geralmente negligenciaram a economia política do estado de bem-estar.”

Social, mas que a profissão pode e deve recorrer. Ilustrativa desta massa é indubitavelmente a publicação de Eugénio Rosa (2015) intitulada *Os números da desigualdade social em Portugal* que, magistralmente, demonstra como nesse país, um dos com maior desigualdade socioeconómica da UE e onde o ajuste fiscal no rescaldo da crise de 2008 foi mais forte, a austeridade fiscal imposta pela *troika* sugou dos pobres para dar aos ricos.

Em consonância, o livro organizado por Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro, sob o título *Risco social e incerteza: pode o Estado Social recuar mais?* (2002). Digno de nota é o capítulo 1 - *Globalização insidiosa e excludente. Da incapacidade de organizar respostas à escala global* que contendo os resultados de uma pesquisa sobre os problemas sociais – dentre eles: desemprego, saúde, cuidado com dependentes e acesso as políticas sociais - percebidos pela população em cinco localidades (freguesias) do território nacional português possibilita desmistificar a crítica moralizadora do *Welfare State* que entronizou na produção teórica do Serviço Social lusitano. Potencial que se evidencia quando a referida pesquisa – colidindo com a qualificação depreciativa dos usuários do Estado de Bem-Estar como preguiçosos e dependentes - comprova como a denominada *vulnerabilidade social* decorre em sua grande maioria do desemprego ou emprego precário e com baixo nível de rendimento de pessoas que investem bastante na procura do trabalho; e, diante da impossibilidade de o conseguirem permanente e estável “agarram todas as oportunidades de se ocuparem e ganharem algum dinheiro, por pouco que seja” (Hespanha; Carapinheiro, 2002. 32).

O Serviço Social português ganha se estreitar relações de diálogo e cooperação através dos seus cursos de pós-graduação, com elaborações teóricas que se mostram aptas a fornecer argumentação crítica e subsídio teórico-histórico para a problematização da ofensiva neoliberal no país, do seu impacto sobre o Estado Social, as políticas, os programas sociais, trabalhadores e segmentos subalternos²⁹.

Idêntico estreitamento deve ser estimulado entre os grupos de pesquisa dos cursos de doutorado da área com as investigações existentes no *Serviço Social Crítico ou Radical* voltadas para o estudo dos rebatimentos da ofensiva neoliberal sobre a profissão em escalas europeia e internacional, se a pretensão for fortalecer a tendência teórico-profissional crítica à austeridade existente na profissão no país.

5. Referências

ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (Orgs.). **Conservadorismo, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais** [livro eletrônico]. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

AMARO, M. I. Os campos paradigmáticos do Serviço Social: proposta para uma categorização das teorias em presença. **Locus S@cial.**, n. 1, p. 65-80, 2008.

AMARO, M. I. **Urgências e emergência do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade**. 2. ed. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

²⁹ Por óbvio se deve considerar que a sugestão aqui feita de maior interação e diálogo dos Programas de Pós-graduação do Serviço Social em Portugal com pesquisadores e docentes de áreas afins não deve se limitar aos autores/autoras das publicações ora citados tão somente a título de ilustração; ou seja; a Eugénio Rosa ou os pesquisadores articulistas do livro organizado por Pedro Hespanha e Graça Carapinheiro que atuam realizando mediações com o trabalho realizado por Boaventura de S. Santos e seus colaboradores.

- ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** [livro eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AVELÃS NUNES, A. **O Estado capitalista e as suas máscaras**. 3. ed. Lisboa, Edições Avante, 2021.
- BECK, U. **Sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. Lisboa, Edições 70, 2021.
- BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. A. D. C. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamã, 1996.
- BRANCO, F. A Profissão de Assistente Social em Portugal. **Locus S@cial**. Lisboa, n. 3, p.61-89, 2009.
- BRAVO, M. I. de S. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 102, p. 205-221, 2010.
- CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e fascismo. In: GALLEGO, E. S. (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CARMO, R. M.; BARATA, A. **Estado social**: de todos para todos. Lisboa: Tinta da China, 2014.
- CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço Social na Saúde**. Lisboa: Pactor, 2012.
- CARVALHO, M. I. **Serviço Social no envelhecimento**. Lisboa: Pactor, 2013.
- CARVALHO, M. I. **Serviço Social com famílias**. 2 ed. Lisboa: Pactor, 2015.
- CARVALHO, M. I. A Pesquisa do Serviço Social em Portugal: evidências e provocações. **Textos & Contextos**, v. 13, n. 2, p. 325 - 336, 2014.
- CARVALHO, M. I.; PINTO, C. (Orgs.). **Serviço Social, teorias, metodologias e práticas reflexivas**. Lisboa: Pactor, 2014.
- CHOMSKY, N. et al. **Neofascismo**: de Trump a la extrema derecha europea [livro eletrônico]. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2019.
- COELHO, K.; GUEDES, O. O legado da cooperação científica entre o curso de Serviço Social da PUC-SP e escolas portuguesas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 142, p. 549-567, 2021.
- COUTINHO, J. P. **Conservadorismo**. Alfragide. Dom Quixote, 2014.
- CUEVA, A. (Org.). **Tempos conservadores**: a direitização no Ocidente e na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1989.

- D'ANCONA, M. **Pós-verdade**: a nova guerra contra fatos em tempos de *fake news*. Barueri: Faro Editorial, 2018.
- DUARTE, F. **The Politics of Austerity and Social Citizenship Rights**: A Case Study of the Impact of the 2008 Financial Crisis on the Welfare State in Portugal. 2018. 274 p. tese. (Doutorado em Serviço Social) - Carleton University Ottawa, Ontario, Canadá, 2018.
- EIRAS, A. S.; SANTOS, C. M.; YAZBEK, C. Tensões no Serviço Social estadunidense (1960 a 1980): a alternativa radical. In: ENPESS, 15., 2018. Vitória. **Anais...** Vitória: ABEPSS, 2018.
- EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos** [livro eletrônico]. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- EVANGELISTA, J. E. **Teoria social pós-moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FEKETE, L. **A Europa adormecida**: o racismo e a ascensão da extrema-direita. Lisboa: Bookout, 2021.
- FERREIRA, A. C. **Política e sociedade**: Teoria social em tempo de austeridade. 2. ed. Porto: Vida Econômica, 2016.
- FERREIRA, J. **Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância**. *Modus Operandi* do Assistente Social na Promoção da Proteção à Criança e à Família. Lisboa: Quidjuris, 2011.
- GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**: o futuro da política radical. Editora da Unesp, 1996.
- GIDDENS, A. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005.
- GHIRADELLI, R. e ELLIAS, M. **Diretrizes Curriculares e formação em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- HESPANHA, P; CARAPINHEIRO, G. **Risco Social e Incerteza Pode o Estado Social Recuar Mais?** Porto: Afrontamento; 2002.
- HONÓRIO, C.; MINEIRO, J. **Novas e velhas extremas-direitas**. Lisboa: Parsifal, 2021.
- IAMAMOTO, M.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a Reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.
- IOAKMIDIS, V.; SANTOS, C. C.; HERERO I. M. Reconceptualizing social work in times of crisis: an examination of the cases of Greece, Spain and Portugal. **International Social Work**, v. 57, n. 4, p. 285-300, 2014.
- JAMESON, F. Periodizando os anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

- KAKUTANI, M. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.
- KRISTOL, I. **Neoconservadorismo**: autobiografia de uma ideia. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.
- LACERDA, M. B. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.
- LARA, R.; SILVA, M. A. Entrevista com Raquel Varela: Revolução dos Cravos, condições de trabalho e vida em Portugal. **Katálysis**, n. 18, v. 1, p. 123-130, 2015.
- LEITE, M. B. L. P. **O Estado e o associativismo profissional e sindical dos assistentes sociais em Portugal**: trajetória e perspectivas atuais. 2013. 47 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola Superior de Altos Estudos do Instituto Superior Miguel Torga (ISMTE), Coimbra, 2013.
- LINS, V. F. **Valorização fictícia e expropriação real**: o conceito de financeirização numa ótica marxiana. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- LOUÇÃ, F. **O futuro já não é o que nunca foi**: uma teoria do presente. Lisboa: Bertrand Editora, 2021.
- LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015.
- LUKÁCS, G. O processo de democratização. *In*: **Socialismo e democratização**: escritos políticos. 1956-1971. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, G. **A destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- MARTINS, AL.; SANTOS, C. M.; SIMÕES, D. et al. (Orgs.). **Serviço Social Brasil – Portugal**: formação e exercício em Tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.
- MARTINS, H. **Comunicações em tempo de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.
- MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MOROZOV, E. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política [livro eletrônico]. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- MOTA, A. E.; RODRIGUES, M. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. **Katálysis**, n.2, v. 23, p. 199 -212, 2020.
- MOURO, H. **Modernização do Serviço Social**: da sociedade industrial à sociedade de risco. Coimbra: Almedina, 2009.
- NETO, R. M. Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América: as ideias de Irving Kristoll e a experiência política no governo de Ronald Reagan (1981-1989). **Revista de História**, n. 179, p.11.520, 2020.

- PENIDO, A.; STÉDILE, M. E. **Ninguém regula a América; guerras híbridas e intervenções estadunidenses na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.
- ROBSON, J. **Evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Editorial, 1983.
- RODRIGUES, M. Longos anos 1960 de CNC: a renovação do marxismo e 1968. In: BRAZ, M.; RODRIGUES, M. (Orgs.). **Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.
- RODRIGUES, M. Serviço Social em Tempos de conservadorismo reacionário: contribuições para análise. In: Conselho Regional de Serviço Social de Pernambuco (Org.). **Crise capitalista, Serviço Social e realidade brasileira; reflexões e perspectivas no contexto da pandemia** [livro eletrônico]. Recife: Editora da UFPE, 2021.
- RODRIGUES, M. **Assistencialização, precarização do trabalho e financeirização: Relatório de pesquisa pós-doc**. Recife, UFPE, novembro de 2021.
- RODRIGUES, M. Direita antissistema ou triunfo temporário do capitalismo manipulatório no século XXI? In: MARANHÃO, Cezar; ALVES, Gláucia Lélis; RODRIGUES, Mavi (orgs.) **Capitalismo contemporâneo, crise e barbarização da vida social**. Coleção José Paulo Netto. v. 4. Rio de Janeiro/Uberlândia: PPGSS da UFRJ/Navegando, 2023.
- RODRIGUES, M.; MOTA, A. E. Ultraconservadorismo, política anticivilizatória e luta de classes In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 6., 2021, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UEL, 2021.
- ROSA, E. **Os números da desigualdade em Portugal**. Alfragide: Lua de Papel, 2015.
- SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo, Cortez, 2001.
- SANTOS, B. de S. **Portugal: ensaio contra autoflagelação**. 2. ed. Coimbra: Almedina, 2012.
- SANTOS, C. C. Risco e desfiliação social: desafios atuais para o planejamento estratégico dos serviços de ação social. In: ALBUQUERQUE, Cristina Pinto e ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Profissões e identidades profissionais**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- SANTOS, C. C.; ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ALMEIDA, Helena Neves (Orgs.). **Serviço Social, mutações e desafios**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- SANTOS, J. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCRUTON, R. **Tolos, fraudes e militantes: pensadores da nova esquerda** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- SILVA, J. F. S. (Org.) **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas: contribuições ao debate latino-americano**. São Paulo, Cortez, 2022.
- SILVA, M. do R. Envelhecimento e proteção social: aproximações entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 215-234, 2016.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

SOUSA, R. F. de. **William F. Buckley Jr. National Review e a crítica conservadora ao liberalismo e os direitos civis nos EUA, 1955- 1968**. 2013. 371 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/184>. Acesso em: 5 jul. 2021.

SOUZA, J. M. A. **Tendências ideológicas do conservadorismo** [livro eletrônico]. Recife: Editora UFPE, 2020.

SPOLANDER, Gary et al. The implications of neoliberalism for social work: Reflections from a sixcountry international research collaboration. **International Social Work**, v. 57 (4), p. 302-312, 2014.

TEIXEIRA, F. J.; SANTOS, F. **Dinheiro e moeda em Karl Marx**. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

TEIXEIRA, F. **Os Fundamentos da especulação**. 2020. Disponível em: Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/>. Acesso em: 13 maio 2021.

TONELO, I. **No entanto, ela se move**: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo. São Paulo: Boitempo/Iskra, 2021.

YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. (Orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo, Cortez, 2019.

FONTE PRIMÁRIA DE PESQUISA

5.1 Livros

ALBUQUERQUE, Cristina; ALMEIDA, Helena Neves. **Serviço Social**: mutações e desafios, Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ALBUQUERQUE, Cristina Pinto; ARCOVERDE, Ana Cristina B. (Orgs.). **Serviço Social contemporâneo**: reflexividade e estratégia. Lisboa: Pactor, 2017.

BRAZ, Marcelo et al. (Orgs.). **Serviço Social Brasil-Portugal**: formação e exercício em tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.

CARVALHO, Maria Irene. **Ética aplicada ao Serviço Social**: dilemas e práticas profissionais. Lisboa: Pactor, 2016.

CARVALHO, Maria Irene. (Org.) **Ser assistente social**: retratos da profissão. Lisboa: Pactor, 2020.

FARIA, Sandra; MARTINS, Alcina; MIGUEL, Walderez (Orgs.). **Formação em Serviço Social**: história, memória e projetos. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2020.

FIALHO, Joaquim (Org.). **Manual para a intervenção social: da teoria à ação**. Lisboa: Edições Sílabo, 2021.

MARTINS, Alcina. Formação do Serviço Social em Portugal: historicidade e legado político pedagógico. In: FARIA, Sandra; ALCINA, Martins; MIGUEL, Walderez.

Formação em Serviço Social: história, memória e projetos Goiás/Brasil e Coimbra/Portugal. Goiás: Ed. PUC-Goiás, 2020.

MARTINS, Alcina; TOMÉ, Maria Rosa. Neoliberalismo e Serviço Social português: impactos de Bolonha e das políticas de austeridade na formação e trabalho. In:

IAMAMOTO, Marilda Villela; YAZBECK, Maria Carmelita. **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

RIBEIRINHO, Carla. **Supervisão profissional em Serviço Social: ao encontro de uma prática reflexiva**. Lisboa: Pactor, 2019.

SANTO, Inês Espírito. **O processo de creditação hospitalar: desafios na prática profissional dos assistentes sociais**. Porto: Edições Esgotadas, 2018.

TELES, Helena. **Serviço Social nas empresas: práticas de responsabilidade social**. Lisboa: Pactor, 2020.

5.2 Periódicos da Área

ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 219-240, 2011.

BRANCO, Francisco; AMARO, Inês. As práticas do “Serviço Social activo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspectiva portuguesa. **Serviço Social & Sociedade**, n. 108, p. 656-679, 2011.

CARVALHO, M. Irene; PINTO, Carla. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 121, p. 325-336, 2015.

COSTA, Jorge; PINTO, Carla; CARVALHO, M. A. Irene. A política de saúde portuguesa a austeridade: um olhar do Serviço Social. **Katálysis**, n. 20, v. 2, p. 282-290, 2017.

DANIEL, Fernanda; MONTEIRO, Rosa; FERREIRA, Jorge. Cartografia da oferta pública e privada de serviços dirigidos à população idosa em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 126, p. 235-261, 2016.

MARTINS, Alcina; TOMÉ, Rosa M.; CARRARA, Virginia. A emigração dos assistentes sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. **Serviço Social & Sociedade**, n. 121, p. 95-124, 2015.

MARTINS, Vera Lucia. A política de descriminalização de drogas em Portugal. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 332-346, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica; MARTINS, Alcina Maria de C. A formação do assistente social em Portugal: tendências críticas em questão. **Katálysis**, n. 19, v. 3, p. 333-341, 2016.

Vv Aa. **Intervenção Social**. Lisboa: Lusíada, n. 42/45 (do 2º semestre de 2013 até o 1º semestre de 2015).

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 46, 2015.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 47/48, 2016.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 49/50, 2017.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 51/52, 2018.

Vv Aa. **Intervenção Social**, n. 53/54, 2019.

5.3 Teses da Área

ABREU, Sônia Guadalupe dos Santos Ribeiro Neves. **As redes de suporte social informal em Serviço Social**: as redes sociais pessoais de idosos portugueses nos processos de avaliação diagnóstica em respostas sociais. 2017. 252 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

AMARO da LUZ, Maria Helena G dos Reis. **A economia social face ao desafio de uma solidariedade sustentável**: a intervenção do Serviço Social ao nível da capacitação das organizações vocacionadas para a população idosa. 2019. 353 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

BENTO, Miguel da Conceição. **Serviço social e municípios**: trajetórias e desafios dos assistentes sociais portugueses nos territórios municipais. 2016. 268 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

DANIEL, Fernanda da Conceição Bento. **Dialéticas na tríade envelhecimento, políticas sociais e serviço social**. 2018. 170 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

DIOGO, Elisete Simões. **Ser família de crianças em Portugal**: acolhimento e experiências. 2017. 243 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2017.

DUMBO, Maria Luíza. **Criminalidade e género em Angola**. 2019. 514 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2019.

FERREIRA, Paula Isabel Marques. **A gestão do envelhecimento no trabalho**: políticas, actores e estratégias para um prolongamento efectivo da vida activa. 2016. 304 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

GONÇALVES, Hermínia Júlia de Castro Fernandes. **Reconfiguração do Serviço Social contemporâneo no quadro do pensamento neoliberal**. 2018. 316 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

- JUSTINO, Elsa Rocha. **Trajetórias escolares improváveis: o sucesso dos estudantes de meios socialmente desfavorecidos no ensino superior.** 2016. 234 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2016.
- MARQUES, Jacqueline Ferreira. **Itinerário de uma política: olhares sobre o rendimento social de inserção no concelho de Aveiro.** 2022. 330 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2016
- MARTINS, Inês Casquilho. **Modelos de proteção social em sociedades com programas de austeridade.** 2018. 306 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.
- MENDES, Sandra Raquel pereira de Aguiar. **A dimensão científica do Serviço Social: uma ciência em construção.** 2020. 368 p. Tese (Doutorado em Serviço Social). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2020.
- RAMALHO, Nélon Alves. **Virar travesti: trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidade social.** 2019. 359 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.
- RAMALHO, Vanda Sofia Braz. **Craques de bola, mandinga e piruetas: experiência sociodesportiva e identidades juvenis no Bairro Padre Cruz.** 2022. 435 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2021.
- RIBEIRINHO, Carla Marina. **A supervisão profissional como locus da (re)construção da intervenção do serviço social com pessoas idosas em serviços de apoio domiciliário.** 2018. 491 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2018.
- ROCHA, Helena Maria Belchior Campos Costa Lourenço. **Serviço social e ambiente: a sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis.** 2016. 370 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.
- SANTO, Maria Inês Espírito. **O processo de acreditação hospitalar: desafios na prática profissional dos assistentes sociais.** 2015. 268 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2015.
- SANTOS, Cláudia Priscila Chupel. **A assistência estudantil brasileira e a ação social portuguesa nas universidades públicas: do conhecimento à prática informada em serviço social.** 2018. 310 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.
- SANTOS, Inês Filipa Correia. **Contributos do serviço social para as políticas públicas na promoção dos direitos da pessoa idosa.** 159 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.
- SCANDOLA, Estela Márcia Rondina. **Fundamentos ideopolíticos dos planos de enfrentamento ao tráfico de pessoas de Portugal e do Brasil à luz do Serviço Social.**

255 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

SILVA, Ana Margarida Frias Furtado. **Contexto da prática profissional dos assistentes sociais da Região Autónoma dos Açores no início do século XXI.** 300 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2018.

SILVA, Teresa Paula Garcia Rodrigues da Silva. **A primeira escola de Serviço Social em Portugal:** o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955). 2017. Vol. I; 354 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa da Universidade Lusíada, Lisboa, 2017.

SOUSA, Maria Isabel de Jesus. **Serviço social e democracia local:** desafios do quotidiano dos assistentes sociais. 2016. 292 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

VALDUGA, Tatiane Lúcia. **Da emancipação à cidadania social:** serviço social e assistência social: uma análise Portugal/Brasil. 2019. 357 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.